

PINDAMONHANGABA: CIDADE DO SEGUNDO REINADO (*).

EBE REALE

Professora de Cultura Brasileira da Faculdade de Comunicações da Fundação A. A. Penteado (S.P.).

INTRODUÇÃO.

Localizada no Vale do Paraíba, na zona fisiográfica Médio Paraíba, Pindamonhangaba dista 172 kms. de São Paulo e 230 kms. do Rio de Janeiro. Com uma altitude de 552 ms., apresenta um clima bastante saudável, temperatura média de 20°, pluviosidade de 1.000 mm. e inverno seco. Sua área é de 746 kms. quadrados, com uma população, em 1967, de 44.586 habitantes, sendo 25.000 na zona urbana, e 19.500 na zona rural. Município eminentemente agrícola, apresenta cerca de 990 propriedades rurais, nas quais se desenvolve a policultura (sobretudo plantações de arroz e tomate), a pecuária, com cerca de 33.000 cabeças de gado bovino, e a extração de madeira.

O município apresenta, pelo recenseamento de 1967, 420 estabelecimentos comerciais, 46 estabelecimentos industriais, sete agências bancárias e uma agência da Caixa Econômica do Estado de São Paulo.

No campo educacional 47% da população do município é alfabetizada. Conta com 71 unidades de ensino primário, dois estabelecimentos de ensino secundário, uma Escola Normal, um estabelecimento de ensino industrial e um estabelecimento de ensino comercial. A cidade tem uma biblioteca pública, uma estação radiodifusora e dois jornais hebdomadários. No setor da Saúde, conta com moderno hospital-maternidade com 106 leitos, além de posto de puericultura e posto de saúde.

A sede do município apresenta todos os melhoramentos, tais como: iluminação pública, rede de água e esgotos, calçamento de vias públicas, telégrafo e telefone local e interurbano.

(*) — Tese apresentada no ano de 1965 ao Curso de Especialização em História do Brasil (Nota da Redação).

Pindamonhangaba limita-se ao norte com Guaratinguéta e Campos do Jordão; ao Sul com o município de Taubaté; a Oeste com São José dos Campos, Tremembé e São Bento do Sapucaí e a Leste com Aparecida.

E' servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil que faz a ligação com as demais cidades do Vale do Paraíba e com São Paulo e Rio de Janeiro. Por estrada de rodagem está ligada às duas principais capitais do país acima citadas pela Via Dutra.

A ligação com Campos do Jordão é feita pela Estrada de Ferro Campos do Jordão e por rodovia de traçado obsoleto e em péssimo estado de conservação.

O hino da cidade é o tradicional "Hino Pindamonhangabense" com música do famoso maestro João Gomes de Araújo e letra do Dr. João Marcondes de Moura Romeiro.

O escudo da cidade de Pindamonhangaba é de autoria de Athaide Marcondes que, no documento que endereçou à Câmara apresentando o projeto assim explica o significado do brasão:

"Escudo moderno e corôa mural. No escudo vê-se a altaneira serra da Mantiqueira e a margem esquerda do rio Paraíba, regiões essas que em se cultivam café e arroz, cujos ramos ornem o escudo à direita e esquerda, mostrando de onde provem a grandeza da cidade; no meio o caudaloso rio Paraíba, que vem beijar a cidade, cujos filhos se têm notabilizado em todos os ramos de conhecimentos humanos (livro e esfera). Em baixo do escudo acha-se um pedaço de fita verde amarela na qual se lê: PRO PATRIA SEMPER — para mostrar o patriotismo dos filhos de Pindamonhangaba".

O NOME DA CIDADE.

Segundo a maioria dos autores, Pindamonhangaba significa em tupí *lugar em que se faz anzóis*. São desta opinião Theodoro Sampaio (1), Plínio Ayrosa (2) e outros. Podemos decompor assim a palavra: PINDA — anzol (que vem de *puy*, que é esconder + à que é coisa = objeto escondido)

MONHAN — fazer
GABA — lugar

Já Mendes de Almeida não concorda e dá outra explicação (3): *pi* — estreitar; *nd* — nazalização; — *nhang* — juntar; *aba* — exprimindo lugar, modo, instrumento. Quer se aludir a correr ai o rio bas-

(1). — THEODORO SAMPAIO, *O tupí na Gramática Nacional*, pág. 201.

(2). — PLÍNIO AYROSA, *Primeiras noções de Tupí*, pág. 198.

(3). — JOÃO MENDES DE ALMEIDA, *Dicionário Geográfico da Província de São Paulo*, pág. 202.

tante estreitado, entre margens altas e em leito fundo. Preferimos porém ficar com a primeira explicação, pois a morfologia do Paraíba nesta região não apresenta diferenças marcantes daquela do restante de seu curso.

O INÍCIO DO POVOAMENTO DA REGIÃO.

Esta região, que se estendia com o nome de Ipacaré, de Taubaté até Lorena, era habitada pelas tribos dos gerominis e dos puris, aos quais vieram se juntar mais tarde os guyanas, que abandonaram Piratininga por terem entrado em conflito com portugueses e com outras tribos que aí habitavam.

Estas terras pertenciam à Capitania da Condessa de Vimieiro, herdeira de Martim Afonso de Souza, que as doou a Jacques Felix, cabendo a êle conceder lotes de terras aos demais moradores, que aí viessem estabelecer-se. Jacques Felix é uma figura de genealogia obscura e vai ser o fundador de Taubaté.

O documento mais antigo que se refere à Pindamonhangaba é aquêle pelo qual João de Moura Fogaça, Capitão-Mór da Capitania de Itanhaem a 21 de novembro de 1628, em Angra dos Reis, concede a Jacques Félix e seus filhos uma data de terras de meia légua que ia de Pindamonhangaba a Tremembé (4).

E' interessante notar que sòmente em 1636, é que o Capitão-Mór da Capitania de Itanhaem vai conceder provisão a Jacques Félix para penetrar os sertões de Taubaté em aumento das terras da Condessa de Vimieiro e em 1639 lhe é concedida uma légua de terra para rocio da vila, que veio a ser Taubaté. Podemos assim levantar a hipótese de que Pindamonhangaba teria sido povoada por Jacques Félix antes dêste instalar-se definitivamente em Taubaté, e aí criar uma vila.

Mais infelizmente a história de Pindamonhangaba neste período é pobre de documentação, o que nos impossibilita afirmar com certeza quais os primeiros habitantes da região e em que época ai se instalaram. Athaide Marcondes relata que as terras em que foi fundada Pindamonhangaba foram adquiridas por compra por Antônio Bicudo Leme e seu irmão Braz Esteves Leme, que eram naturais de Parnaíba (5). De comum acôrdo com João Corrêa de Magalhães, Pedro da Fonseca Magalhães e Manuel da Costa Leme, genros e filho de Antônio Bicudo Leme, resolveram fundar uma povoação no local em

(4). — FÉLIX GUISSARD FILHO, *Jacques Félix*, pág. 14 e segs.

(5). — ATHAIDE MARCONDES, *Pindamonhangaba*, 1a. ed., pág. 214, 215, 12, 13 e 14. Nesta obra o autor transcreve o testamento de Bicudo Leme, feito em 1712 e que diz ter obtido em um cartório de Taubaté, mas que hoje encontra-se desaparecido.

que se achavam suas propriedades. Infelizmente Athaide Marcondes não cita as fontes de onde tirou esta afirmação. Convém notar que estas propriedades, segundo êste documento, foram adquiridas por compra e não por sesmaria. Ora, sesmaria indica sempre primeiro colonizador. Segundo o mesmo Athaide Marcondes o fato teria se dado em 1672. Mas temos documentos que indicam ter sido Pindamonhangaba habitada antes disto por outras pessoas. Assim, o próprio Athaide Marcondes declara que em 26 de novembro de 1654 faleceu em Pindamonhanba D. Francisca Cardoso, mulher de Manuel da Costa Cabral, nobre de Taubaté, que ali passou a residir (6). Também o Padre Adalberto Ortmann escreve que Maria Leme de Chaves, irmã de Domingos Luiz Leme e mulher do Capitão João do Prado Martins mudou-se em 1657 para Pindamonhangaba (7).

Estas e outras notícias nos convencem de que Antônio Bicudo Leme, alcunhado o Via-Sacra, não pode ser considerado o fundador de Pindamonhangaba, no sentido de seu primeiro morador (8), pois sabe-se que êle deixou Parnaíba em 1660, residindo uns tempos em Taubaté, antes de instalar-se em Pindamonhangaba. Segundo um documento encontrado na Matriz, por Athaide Marcondes, mas que êste não especifica qual seja, Bicudo Leme logo que chegou mandou erigir em terras de sua propriedade uma capela, sob a invocação de São José (9), construção esta iniciada a 12 de agosto de 1672. Conforme diz êste documento (que talvez seja o Livro do Tombo, desaparecido da Matriz)

... "a capela era feita de teypas de pila e naves de pau ripado, a coberta de telha".

A então Freguezia de Pindamonhangaba devia contar nos fins do século XVII com cêrca de 300 moradores e 50 fogos (9ª). Não havia ouro nem prata na região. Assim, a população dedicava-se à agricultura de subsistência (mandioca, milho, fumo, etc.), à pescaria, ao apresamento de índios e sobretudo à procura de ouro nas Gerais.

E' desta época grande número de bandeirantes que são realmente pindenses, mas devido à Freguezia pertencer à Vila de Taubaté, aparecem como sendo taubateanos. Assim é de Pindamonhangaba, Salvador Fernandes Furtado de Mendonça (10), que

(6). — ATHAIDE MARCONDES, *Pindamonhangaba*, 2a. ed., pág. 109.

(7). — Pde. ADALBERTO ORTMANN, *Anuário Genealógico Latino*, pág. 359.

(8). — WALDOMIRO DE ABREU, *Notas para a história de Pindamonhangaba*, pág. 38.

(9). — ATHAIDE MARCONDES, *op. cit.*, 1a. ed., pág. 118.

(9a.). — WALDOMIRO DE ABREU, *Notas para a História de Pindamonhangaba*, pág. 68.

(10). — DIOGO DE VASCONCELOS, *História Antiga das Minas Gerais*, pág. 141. Apud WALDOMIRO DE ABREU, *op. cit.*, pág. 43.

“tendo descoberto o ribeirão do Carmo, declarado riquíssimo, dêle se apossou. Deixando no arraial seus companheiros... torna a Pindamonhangaba, onde residia sua família” (1695).

Também são de Pindamonhangaba Antônio Dias de Oliveira (11), que participou de uma bandeira em 1698, Antônio Bicudo Leme (12), Brás Esteves Leme (13), Sebastião Leme do Prado (14) e Padre João de Faria Fialho, a quem Azevedo Marques atribui a fundação da cidade e que foi o primeiro vigário da vila, depois de sua libertação (15).

Temos ainda Lourenço Henrique do Prado, Francisco de Arruda Cabral, Francisco Cubas Prêto, Estevão Raposo Barbosa, Antônio Raposo Barreto, Manuel Garcia Velho e Miguel Garcia (que descobriu as Minas de Itajubá). A maior parte dos bandeirantes pindenses atingiam a região das minas seguindo até Lorena e daí atravessando a garganta do Embaú. Mais tarde, em 1703, Gaspar Vaz da Cunha abre o primeiro caminho para o Sapucaí, fundando São Bento do Sapucaí.

Dáí podemos ver a importância da gente de Pindamonhangaba no fim dos seiscentos. Segundo Pedro Taques (16), era o lugar

“onde a maior parte da nobreza de São Paulo e Taubaté se achava estabelecida”.

A REVOLUÇÃO DE 1703 E A FUNDAÇÃO DA VILA.

Apesar de Pindamonhangaba ter atingido um *status* que permitia sua elevação à categoria de Vila, separada da Vila Real de São Francisco de Taubaté, esta autonomia não era possível por encontrar-se Pindamonhangaba a menos de cinco léguas da referida Vila.

Não podendo ser feita dentro da lei, esta libertação vai ser conseguida através de uma Revolução. Em 1703 passou por Pindamonhangaba, com destino ao Rio de Janeiro, o desembargador João Saraiva de Carvalho. Segundo Athaide Marcondes, que inclusive faz citação entre aspas sem a devida referência às fontes (17), êste

(11). — DIOGO DE VASCONCELOS, *op. cit.*, pág. 157. Apud WALDOMIRO DE ABREU, *op. cit.*, p. 43.

(12). — AFFONSO DE E. TAUNAY, *História das Bandeiras Paulistas*, pág. 223.

(13). — AFFONSO DE E. TAUNAY, *op. cit.*, pág. 335.

(14). — AFFONSO DE E. TAUNAY, *op. cit.*, pág. 336 “... e foram estabelecer-se à margem de um rio que denominaram Bom Sucesso”...

(15). — AZEVEDO MARQUES, *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos e noticiosos da Província de São Paulo*, pág. 108.

(16). — PEDRO TAQUES, *Nobiliarquia Paulistana*, pág. 233.

(17). — ATHAIDE MARCONDES, *op. cit.*, pág. 214.

“deixou-se levar pelos pedidos e rogos daqueles personagens que lhe fizeram valiosos presentes e conseguiram que o desembargador, da noite para o dia, criasse juizes e officiaes para a Câmara. levantasse pelourinho no silêncio da noite e tudo dispuzesse de modo que no dia seguinte estava a Freguezia de São José elevada à Vila”.

Esta mesma versão é repetida por Pedro Taques (18) e por Azevedo Marques.

A carta do Governador do Rio de Janeiro, D. Álvaro da Silveira e Albuquerque, aos moradores de Pindamonhangaba, censurando-os por terem revolucionariamente elevado esta povoação à categoria de vila, não se refere à presença do Desembargador Saraiva no dia da referida rebelião (19); tal presença também não é citada em outra carta do mesmo Governador (20), na qual êle participa o fato ao Rei de Portugal. Por êstes documentos podemos concluir que o povo de Pindamonhangaba tenha conseguido sua independência *ex proprio Marte*, sem auxílio do aludido Desembargador Saraiva. Taubaté imediatamente protestou junto ao Governador contra êste ato do povo de Pindamonhangaba, que se apressou a escrever ao Rei dizendo

... “não ser isto conveniente ao serviço de V. Magestade” (20).

Longas demarches deve ter havido entre a população de ambas as vilas e as autoridades do Rio de Janeiro e de Lisboa até que a Carta Régia de D. Catarina, que substituiu D. Pedro II no trono português, por êste se encontrar doente, pôs fim ao caso (21). Nesta carta D. Catarina perdoa a população de Pindamonhangaba, pois esta havia alegado ignorância do mal que havia feito e ordena seja criada novamente a Vila. Êste documento foi escrito à 10 de julho de 1705, data oficialmente considerada como a da fundação de Pindamonhangaba.

SITUAÇÃO DA VILA DE PINDAMONHANGABA NO SÉCULO XVIII.

Poucas notícias temos sôbre a Vila de Pindamonhangaba nos anos dos setecentos. Pelos recenseamentos de 1773 e 1800. (22) podemos ver o seguinte índice populacional:

(18). — PEDRO TAQUES, *Nobiliarquia Paulistana*, pág. 234.

(19). — DOCUMENTO Nº 1.

(20). — DOCUMENTO Nº 2.

(21). — DOCUMENTO Nº 3.

(22). — ARQUIVO DO ESTADO. POPULAÇÃO. T/C. Latas 136, 137 e 138.

<i>Anos</i>	<i>Nº de habitantes</i>	<i>Nº de fogos</i>
1773	2.364	492
1776	2.681	443
1779	2.964	427
1782	2.957	450
1784	3.012	501
1786	3.338	554
1789	3.686	582
1791	4.279	638
1793	4.166	777
1795	4.454	703
1796	4.324	694
1799	4.858	696

Qual era a atividade desta população? Pelo recenseamento de 1774 (2.324 habitantes e 485 fogos), que é bastante completo e apresenta o levantamento das atividades dos habitantes da vila nesta época, podemos vêr que a maior parte da população dedicava-se à agricultura e à pecuária. Havia plantações de feijão, arroz, amendoim, mandioca, fumo e milho. Parte desta produção era consumida na própria vila e parte exportada para outras localidades.

Através do testamento de Miguel de Godoy Moreira, podemos ter idéia de como era uma propriedade rural da época (1752),

“com casas de taipas e terra... com prensa Roda e dois fornos de Cobre.... Declaro mais que possuo Creação de gado e porco e mais ou menos setenta almas escravas” (23).

A população que morava na vila pròpriamente dita, dedicava-se ao artesanato e comércio, em diferentes ramos tais como: alfaiates (três), sapateiros, fiandeiras, ferreiros, tropeiros, oleiros, tecelães, etc.

Interessante notar que sòmente na última década do século XVIII, no recenseamento de 1798, é que aparece a produção de açúcar em Pindamonhangaba (127 quintais). Por êste mesmo recenseamento temos notícia de que a exportação dos vários produtos como: fumo, toucinho, açúcar, algodão, e gado suíno e bovino era feita para Paratí, Rio de Janeiro e São Paulo.

Nêste ano de 1798, os habitantes da Vila tinham as seguintes ocupações: 179 pertenciam ao corpo militar, 8 à magistratura, 3 ao clero secular, 480 eram agricultores e 3 registraram-se como fazendeiros. Deve-se notar que não aparece ainda nenhum que se declare senhor de engenho, o que vai acontecer sòmente nos primeiros anos do século XIX.

(23). — ATHAIDE MARCONDES, *op. cit.*, pág. 200.

Esta pacata vila de Pindamonhangaba vai ser agitada em fins do século XVIII e início do século XIX pela:

QUESTÃO DE LIMITES COM MINAS.

Por volta de 1796, época em que Campos era distrito de Pindamonhangaba, vai surgir uma briga entre pindenses e mineiros, devido a uma questão de limites. Era proprietário da Fazenda Bom Sucesso, situada no alto da Serra Paraíba, o pindense Ignácio Caetano Vieira de Carvalho, propriedade esta que fazia divisa com a Fazenda São Pedro, situada em terras da Freguesia de Itajubá, Minas, e que pertencia a João da Costa Manso. Esta questão de limites era regulada por lei dos governos de ambas as capitanias, sobretudo de Minas, que proibia qualquer passagem por aí, para não haver saída clandestina de ouro e outras mercadorias. Assim, o próprio Ignácio Caetano assinou com o Governo de Minas um compromisso de conservar fechada uma estrada que passava por sua propriedade e ia antigamente para Itajubá. João Costa Manso, que tinha apóio de algumas autoridades mineiras, abriu e invadiu a estrada e as terras da Fazenda Bom Sucesso. Este fato foi atestado por Oficiais da Câmara de Pindamonhangaba, que estiveram no local à pedido de Ignácio Caetano (24).

Não há dúvidas sobre a legitimidade desta propriedade, pois o certificado de posse, que data de 1773, foi passado pelo escrivão Domingos Ferreira da Silva (25). Ignácio Caetano tentando impedir a invasão de sua propriedade, consegue instalar um posto de guarda em Capivari, a fim de impedir nova investida por parte dos mineiros e manda fechar novamente a estrada. Mas João Costa Manso persiste em seu intento, armando escaramuças e guerrilhas, numa das quais foi prêso e levado para São João Del Rei o capataz da Fazenda Bom Sucesso.

Diante disto, a Câmara de Pindamonhangaba envia ao Governador da Província de São Paulo uma representação, relatando os fatos e pedindo providências e proteção (26). O Governador responde enaltecendo a atitude de Ignácio Gaetano e expedindo ordem de prisão contra Costa Manso, que consegue se esquivar, alegando doença (27). A situação continua tensa, com novos ataques por parte dos mineiros, que procuram penetrar em terras paulistas, apresentando ordens falsas e abusando do fato de Ignácio Caetano não saber ler (28). Este fato é comunicado ao Governador da Província de São

(24). — DOCUMENTO Nº 4.

(25). — DOCUMENTO Nº 5.

(26). — DOCUMENTO Nº 6.

(27). — DOCUMENTO Nº 7.

(28). — DOCUMENTO Nº 8.

Paulo, D. Antônio José de França e Horta pela Câmara de Pindamonhangaba.

Diante da falta de providências do governo provincial, os pindenses resolvem agir sòzinhos. Reunindo um pequeno exército seguem pela margem esquerda do Sapucaí e “sobem a serra” até abaixo da Pedro do Baú (29), tomando posse da região em nome do Procurador do Conselho.

A luta prossegue ainda por algum tempo, com a destruição da guarda do Baú, por um grupo de 86 homens do Regimento da Cavalaria de Minas, mas, finalmente em 1814, os mineiros são definitivamente expulsos de território paulista.

PINDAMONHANGABA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX.

Durante a primeira metade do século XIX, a Vila de Pindamonhangaba apresenta-nos uma paisagem que nada mais é que um prolongamento daquela do século XVIII. Quanto ao número de moradores, os recenseamentos dão os seguintes dados (30):

<i>Anos</i>	<i>Nº de habitantes</i>	<i>Anos</i>	<i>Nº de habitantes</i>
1804	4.267	1822	5.058
1810	4.207	1825	5.636
1814	4.903	1827	5.692
1818	5.292	1829	5.901
1820	5.172	1832	6.036

Os primeiros anos do século correspondem ao período do Ciclo dos engenhos, na região. Pelos mapas de produção e exportação da época, vemos que a produção de açúcar em 1817, 1818 e 1820 foi de, respectivamente, 500, 1.500 e 1.400 quintais. Em 1809 havia em Pindamonhangaba 6 engenhos e em 1828 o recenseamento acusa 28 engenhos de açúcar. Mas a produção vai decair na terceira década e em 1836 há apenas um engenho no município.

Quanto ao café, a mais antiga referência sôbre êste produto em terras de Pindamonhangaba é de 1805, quando o fazendeiro Manuel Monteiro de Castilho o enumera entre as plantações de sua propriedade. Mas a produção nas duas primeiras décadas do século é insignificante: 15 quintais em 1817, 25 em 1818 e 40 quintais em 1820.

(29). — Conta a tradição pindense que o Cap. Ignácio Marcondes do Amaral, ao saber de nôvo ataque mineiro, teria dito que já era hora de Pindamonhangaba “subir a serra”, significando perder a paciência, sentido que a expressão passou a ter desde então.

(30). — ARQUIVO DO ESTADO. POPULAÇÃO. T/C latas 138, 139 e 140.

No relatório de 1825 vemos, porém, que muitas fazendas têm grande quantidade de pés de café que ainda não dão fruto. E' o grande surto cafeeiro que está em preparação. Assim em 1836 teremos 36 fazendas de café no município e uma produção de 62.628 arrôbas.

Saint-Hilaire, na viagem que fêz a São Paulo em 1822, faz referências a Pindamonhangaba:

“... o caminho passa ao lado do vilarejo de Pindamonhangaba. E' pouco importante e apenas consta de uma rua. As casa são baixas e geralmente bem conservadas. Existem em Pindamonhangaba três igrejas muito pequenas. Entrei na principal e achei-a escura e bastante feia” (31).

O atraso de Pindamonhangaba nesta época, em relação à outras cidades da região, era bastante grande, nada fazendo prever o grande desenvolvimento que vai sofrer durante a segunda metade do século. Êste atraso reflete-se em todos os campos: por um documento de 22 de maio de 1829 a Câmara Municipal de Pindamonhangaba informa ao Presidente da Província não existir nenhuma escola na vila (32).

Nêste período podemos salientar os seguintes fatos de importância para a história de Pindamonhangaba:

a). — substituição em 1828 do Conselho pela Câmara Municipal, que composta de 7 vereadores, começou a funcionar no ano seguinte;

b). — elevação a Têrmo, pertencente à Comarca de Bananal, pelo decreto de 23 de fevereiro de 1833;

c). — elevação da Vila de Pindamonhangaba à cidade, pela lei Provincial nº 17 de 3 de abril de 1849, assinada pelo Conselheiro Vicente Pires da Motta.

PINDAMONHANGABA NO EPISÓDIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL.

A gente de Pindamonhangaba participou, de modo bastante direto, do episódio da Independência, pois nada menos que 14 oficiais da Guarda de Honra que acompanhava o Príncipe a 7 de setembro eram pindenses. Esta Guarda de Honra era de caráter voluntário e formada por elementos de escol da sociedade brasileira, em condições de manterem-se em contacto direto com o Príncipe. Os participantes desta guarda nobre custeavam suas próprias despesas, man-

(31). — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE, *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*, pág. 152.

(32). — ATHAIDE MARCONDES, *op. cit.*, pág. 288.

tendo cavalos de primeira ordem, ricamente enfeitados, uniforme de grande gala, pagens, etc.

Conforme a comitiva de D. Pedro avançava pelo Vale, em direção a São Paulo, ela ia sendo acrescida dos melhores elementos de cada cidade, que passavam a integrar esta guarda.

Chegando à Pindamonhangaba, o Príncipe hospedou-se na casa dos irmãos Manuel Marcondes de Oliveira Melo e Monsenhor Ignácio Marcondes de Oliveira Cabral, um sobradão situado na Praça Formosa. Aí recebeu na manhã seguinte, a homenagem dos novos participantes de sua guarda de honra, todos elementos das melhores famílias pindenses — sobressaindo-se entre êles seu anfitrião Manuel Marcondes de Oliveira Melo — que iriam acompanhá-lo no restante da viagem.

Chegando a São Paulo, o comandante da Guarda de Honra afastou-se por doença e o comando foi entregue a Manuel Marcondes de Oliveira Melo e coube a êste pindense a honra de repetir o brado de Independência ou Morte, no alto do Ipiranga. Um dos mais vivos e sinceros depoimentos do episódio de 7 de setembro foi feito por êle ao seu contemporâneo e parente João Marcondes de Moura Romeiro (33).

O pintor Pedro Américo foi a Pindamonhangaba, em 1866, tirar cópia dos retratos dos pindenses que tomaram parte no Grito do Ipiranga, a fim de dar a maior fidelidade possível ao seu famoso quadro "Independência ou Morte".

A PARTICIPAÇÃO DE PINDAMONHANGABA NA REVOLUÇÃO DE 1842.

Um dos fatos políticos mais importantes para Pindamonhangaba foi a revolução de 1842, ocasião em que os ideais liberais de seu povo se mostraram bem claros.

Como consequência da queda dos Andradas, Rafael Tobias de Aguiar vai deixar a presidência da província e é nomeado para substituí-lo o Barão de Monte Alegre, homem de tendências conservadoras. A Câmara de Pindamonhangaba manda uma representação ao governo imperial, pedindo a volta de Tobias de Aguiar e a revogação de leis consideradas conservadoras. Em represália a esta moção, o Barão de Monte Alegre nomeou novas autoridades policiais e suspendeu os vereadores de Pindamonhangaba; estas ordens, porém, não foram cumpridas.

(33). — JOÃO MARCONDES DE MOURA ROMEIRO, *De D. João VI à Independência*, pág. 160.

Devido a esta atitude, o Presidente da Província declarou suspensão a Câmara de Pindamonhangaba, mas esta não reconheceu o decreto de suspensão

“por ter sido eleita pelo Povo” (34).

Esta luta era encabeçada por dois padres: Monsenhor Ignácio Marcondes e Padre Francisco de Paula Toledo, respectivamente chefes da facção liberal e conservadora. O chefe conservador, diante da recusa da Câmara de dar posse aos novos vereadores, seguiu para Guaratinguetá, onde prestou juramento diante do Juiz Corregedor daquela comarca, devendo de regresso a Pindamonhangaba dar posse aos seus companheiros de vereança.

Neste momento, porém, a revolução liberal já tinha explodido e o govêrno de Tobias de Aguiar estava instalado em Sorocaba. A Câmara Municipal de Pindamonhangaba reuniu-se a 21 de junho de 1842 e decidiu, com o apôio de grande número de pessoas presentes à sessão, aderir francamente à Revolução, reconhecendo o Govêrno provisório de Rafael Tobias de Aguiar (35).

Mas os revolucionários pindenses desconheciam que o levante já havia sido abafado dois dias antes, as vilas de Sorocaba e Itú pacificadas, e os principais chefes presos.

Caxias dirigiu-se então ao norte da província, a fim de pacificar a região. Chegando a Jacareí, mandou um emissário a Pindamonhangaba propor a Monsenhor Marcondes: caso os rebeldes depusessem armas, as tropas governamentais entrariam na cidade em atitude pacífica. O chefe liberal aceitou a proposta, impondo porém a condição de seu partido continuar no govêrno, sendo os conservadores postos à margem.

Relata Athaide Marcondes, que Caxias, chegando a Pindamonhangaba, não cumpriu o prometido e instalou os conservadores no poder. Este fato, cujas fontes de informação Athaide não cita, causamos bastante surpresa, pois entra em choque com as atitudes claras e firmes do grande chefe militar patricio (36).

Com a subida dos conservadores ao poder, iniciou-se um período de perseguição aos liberais e a situação só voltou à normalidade, quando o Imperador decretou anistia aos revoltosos, pondo fim definitivamente à luta.

(34). — ATHAIDE MARCONDES, *op. cit.*, pág. 224.

(35). — ATHAIDE MARCONDES, *op. cit.*, pág. 224 e 225. DOCUMENTO Nº 9.

(36). — ATHAIDE MARCONDES, *op. cit.*, pág. 226.

O PERÍODO ÁUREO DE PINDAMONHANGABA: SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

O grau de progresso que Pindamonhangaba atingiu na segunda metade do século XIX foi surpreendente. Interessante notar que enquanto Martius decreve-a em 1817 como um lugarejo pobre, que

“... consta de algumas filas de casebres baixos e apresenta pouca prosperidade” (37), refere-se a Taubaté como sendo já “... uma das mais importantes vilas de toda a província” (38) e a Guaratinguetá dizendo que “... agrada bastante por seu aspecto simples e afável, e por manifestações de vida mais civilizada” (39).

Ora, a partir de 1850, o desenvolvimento de Pindamonhangaba coloca-a a altura de concorrer com estas cidades em todos os campos e mesmo de sobrepujá-las no campo artístico e social.

O poeta Emílio Zaluar, visitando Pindamonhangaba em 1860, ficou de tal maneira impressionado com o adiantamento da cidade que lhe deu o apelido de “Princesa do Norte”.

O período áureo da Vila de Pindamonhangaba corresponde, *grosso modo*, ao Segundo Reinado. Assim passemos a examinar os diferentes aspectos da vida da cidade neste período.

ECONOMIA.

A economia do município nesta época é baseada no café. A produção em 1854 foi de 350.000 arrôbas, cifra que só foi sobrepujada no Vale do Paraíba por Bananal (554.000 arrôbas) e por Taubaté (354.000 arrôbas) (40). Em 1860, a exportação de café do município foi de 400.000 arrôbas, exportação esta que era feita através do pôrto de Ubatuba (41).

Esta produção mantém-se estável até cêrca de 1882, quando surgem dois problemas para a produção cafeeira do Vale do Paraíba; o desgaste das terras e a falta de mão-de-obra, provocada pelas primeiras leis abolicionistas. Assim, o café, no seu habitual nomadismo, vai aos poucos abandonando a Princesa do Norte, em busca de terras férteis e braços livres.

Esta economia repousa tôda em braço escravo, pois Pindamonhangaba recebeu um contingente muito pequeno de emigrantes: em

(37). — VON SPIX E VON MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, pág. 191.

(38). — *IDEM*, pág. 192.

(39). — *IDEM*, pág. 188.

(40). — *IDEM*, pág. 189.

(41). — AFFONSO DE E. TAUNAY, *Pequena História do Café no Brasil*, pág. 55.

1874 temos notícias de que viviam no município apenas 116 portugueses e 37 italianos (42).

O orçamento municipal apresenta índices que se elevam surpreendentemente: de 4.360\$000 em 1840 subiu para 10.938\$000 em 1876, 20.611\$000 em 1884 e atingindo em 1889 a quantia de 30.000\$000 (43).

O comércio na época era bastante bom, havendo estabelecimentos como lojas de fazendas, ferragens, farmácias, etc., que tratavam do transporte e exportação dos produtos agrícolas, sobretudo do café, para os portos de Ubatuba e Rio de Janeiro.

A indústria, porém, pouco se desenvolveu. Em 1861 havia no município apenas uma fábrica de velas de cêra e duas padarias (44).

EDUCAÇÃO.

O grau de adiantamento que Pindamonhangaba atingiu no século passado, no campo educacional, é digno de relêvo.

Zaluar nos conta que em 1861

“... há uma escola de instrução primária frequentada por meninos e outra do sexo feminino, com 60 educandas. Além destas há uma classe de latim e francês, frequentada por doze alunos e 4 classes privadas, com um total de 97 alunos”.

O autor ressalta porém, que êste número de vagas é muito pequeno para a população da cidade, o que provoca o êxodo dos moços das melhores famílias, para estudar na capital da Província (45).

Contudo, a partir desta data, a situação modificou-se bastante e podemos vêr, pela biografia de pindenses ilustres, que a maioria de rapazes e moças concluíam seus estudos na própria cidade, dirigindo-se os moços a São Paulo somente no momento de cursar a Academia de Direito.

Isto foi possível graças à criação de grande número de externatos, internatos e colégios, para ambos os sexos, mantidos por leigos ou entidades religiosas. Dentre os colégios podemos citar:

Colégio Pindamonhangabense (1863).

Colégio Conceição (1870), fundado por dona Mariana Gomes, espôsa do Maestro João Gomes de Araujo (sexo feminino) (46).

(42). — ATHAIDE MARCONDES, *op. cit.*, pág. 165.

(43). — *IDEM*, pág. 208.

(44). — EMILIO ZALUAR, *Peregrinação pela Província de São Paulo*, pág. 99.

(45). — EMILIO ZALUAR, *Peregrinação pela Província de São Paulo*, pág. 98.

(46). — Anúncio publicado na Tribuna do Norte à 11 de julho de 1886.

“Colégio Conceição”.

Colégio Monteiro (1890), dirigido por Manuel Monteiro Cesar Miné.

Colégio Gosling.

Colégio Redempção (1872).

Colégio Ivahy (1880) fundado pelo Prof. José Marques Ivahy.

Colégio São Pedro (sexo feminino).

Colégio Santa Isabel (sexo feminino).

Colégio Imaculada Conceição (1895), fundado pelo Padre Francisco Reale e dirigido pelas irmãs Salesianas.

Era comum a presença nestes estabelecimentos de professoras francesas e inglesas, que se encarregavam da parte de línguas, música, pintura e trabalho de agulha. Além destes colégios, havia em Pindamonhangaba classes primárias particulares, para ambos os sexos, mas devido a seu caráter restrito, não podemos precisar o número (47).

Para melhor aquilatar-se a importância que se dava ao ensino em Pindamonhangaba, no fim do século, basta esta notícia publicada por um jornal da cidade (48):

“A ilustre Câmara Municipal aprovou a idéia da criação de uma aula noturna nesta cidade. A importância é grande para todos em geral e, particularmente, para a classe dos operários”.

TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO.

Até cerca de 1875, a ligação de Pindamonhangaba com outras localidades era feita unicamente através de caminhos de tropas. O transporte fluvial não era organizado, limitando-se ao uso de canoas, que desciam o Paraíba desde São José até Lorena.

O caminho de maior importância era aquele que ligava Pindamonhangaba ao Rio de Janeiro e a São Paulo, e por onde escoavam os produtos que se destinavam aos portos de Paratí e Ubatuba. Esta estrada, no início do século, apresentava-se

Educação e instrução do sexo feminino

90\$000 por trimestre — 15\$000 de jôia — 70\$000 meio pensionistas

Garante instrução completa e variada.

Primeiras letras, Doutrina Cristã, História Sagrada, História Pátria e Universal, Aritmética, Geografia, Português, Francês e Inglês, Plano, Canto, Desenho, Trabalho de Agulha e Cortes de vestidos.

(47). — Anúncio publicado na TRIBUNA DO NORTE à 10 de setembro de 1882; INSTRUÇÃO PÚBLICA: CLASSES PARTICULARES.

Emília Teixeira Paes, Prof. pública da 3a. classe de primeiras letras do sexo feminino, nomeada pelo Governo Provisório... avisa ao público que abriu a sua aula no dia 4 do corrente, em casa de sua residência, provisoriamente, à rua Conde d'Eu, nº 23.

(48). — TRIBUNA DO NORTE, 26 de setembro de 1886.

“... perfeitamente uniforme, sem pedras nem lama (49); mas devido à falta de conservação, vamos encontrá-la em 1863 em estado de grande abandono, com o piso esburacado e as pontes não apresentando segurança alguma” (50).

O caminho que ligava Pindamonhangaba a São Bento do Sapucaí, além de apresentar péssimo traçado, era estreito e mal roçado (51). Esta estrada vai ter grande importância, sobretudo nas duas últimas décadas do século XIX, pois por aí é que vai escoar toda a produção do Sul de Minas e de Campos do Jordão, que, chegando à Pindamonhangaba, era levada por via férrea ou fluvial aos centros consumidores. Em 1886 foi criada uma companhia de transportes, que fazia o serviço regular entre Campos do Jordão e Pindamonhangaba (52).

Em 1875, Rodrigo Lobato e Miguel de Godoy Moreira e Costa constituíram a Companhia de Navegação a Vapor do Alto Paraíba, que devia fazer o transporte de café e demais produtos, de Caçapava até Cachoeira, onde eram embarcados pela Estrada de Ferro D. Pedro II para o Rio. O principal navio da Companhia era o *Parahiba*, com 30 cavalos de força, casco de ferro e alguns camarotes. Havia grande quantidade de barcas, medindo cada uma cerca de vinte metros de comprimento e três metros de boca, e sendo tripuladas por nove homens.

Havia duas estações de embarque na cidade: uma na margem esquerda, perto da ponte do Paraíba, e outra na margem direita, em Maçaim, que recebia os produtos vindos do Sul de Minas.

Em 1877 foi criada outra companhia de navegação: Cesar Cardoso & Chaves que teve, porém, pouca duração, pois estas companhias entraram em decadência com o aparecimento do trem de ferro. No início, o transporte fluvial aguentou a concorrência do transporte férreo, devido à relutância de muitos em adotar este novo meio de comunicação; mas, logo a seguir, devido a alguns acidentes com as barcas, que provocaram perda total da mercadoria, estas foram definitivamente abandonadas.

(49). — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pág. 151.

(50). — DOCUMENTO Nº 10.

(51). — DOCUMENTO Nº 11.

(52). — ANÚNCIO PUBLICADO NA TRIBUNA DO NORTE DE 29-10-1886:
CONDUÇÃO PARA CAMPOS DO JORDÃO

... propõe-se a fornecer conduções, sendo de trolley desta cidade até a Raiz da Serra e deste ponto até os Campos em bons animais de sella.

Por um trolley desta cidade à Raiz da Serra 10\$000.

Por um animal selado da Raiz da Serra a Campos 2\$500.

Litêras: desta cidade aos Campos 60\$000.

Da Raiz da Serra aos Campos 40\$000.

Também offerece pouzo de modo bastante confortável às famílias que quizerem ali descansar ou pernoitar.

A construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio de Janeiro, que se iniciou em 1873, foi entregue à Companhia São Paulo e Rio de Janeiro, de cuja diretoria fazia parte o Dr. Francisco Ignácio Homem de Mello. A construção da linha tôda, que ia do Brás até Cachoeira, demorou cêrca de quatro anos. A 16 de dezembro de 1877, a estrada foi inaugurada pelo Presidente da Província Dr. Sebastião Pereira, fato que foi comemorado em Pindamonhangaba com grandes festejos populares, que culminaram com um magestoso baile no palacete do Barão de Palmeira.

O aparecimento desta estrada de ferro vai beneficiar alguns municípios do Vale do Paraíba, em detrimento de outros. Pindamonhangaba vai ser um dos municípios beneficiados, pois vai ser deslocado para a estação desta cidade grande parte do comércio do sul de Minas, que até então seguia diretamente para o pôrto de Cachoeira.

Em 1900, o Govêrno Federal encampou a São Paulo-Rio de Janeiro, que unida à Estrada de Ferro D. Pedro II passou a constituir a Estrada de Ferro Central do Brasil.

SERVIÇOS PÚBLICOS.

Durante a segunda metade do século XIX, houve grande desenvolvimento dos serviços públicos de Pindamonhangaba.

Em 1865 foi construído o primeiro Mercado Municipal, situado no Largo dos Homens, em prédio bastante acanhado, onde se abrigavam apenas os vendedores de carne verde e toucinho, ficando os outros vendedores com as mercadorias expostas no referido largo.

Em 1864, foi construído o Cemitério Municipal, tendo sido feita a planta pelo arquiteto amador Francisco Pereira de Carvalho, al-cunhado Chiquinho do Gregório, que por triste coincidência, foi a primeira pessoa a ser allí enterrada.

Em 1869, foi inaugurado o serviço de iluminação pública, feito com lampiões de querosene. Este serviço era executado por particulares, através de concorrência pública, que se renovava todos os anos. A iluminação pública acompanhou o progresso da cidade, pois enquanto o contrato de 1874 (53) nos mostra que havia 25 lampiões na cidade, aquêle de 1881 diz que

“... os lampiões que são em número de 112 serão acesos até as 11 horas” (54).

(53). — DOCUMENTO Nº 12.

(54). — LIVRO DE REGISTRO DE CONTRATOS, pág. 25. ARQUIVO MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA.

No setor do abastecimento de água, porém, a cidade não atingiu igual progresso. Em 1860 Zaluar observava que não havia na cidade nenhum chafariz, o que obrigava a população a beber água do Paraíba. A Câmara firmou vários contratos para a construção da rede de abastecimento de água, mas nenhum deles foi cumprido e esta benfeitoria só foi instalada em Pindamonhangaba em 1902.

O setor da Saúde Pública é outro que permaneceu bastante atrasado, o que aliás era geral no Brasil. Zaluar comentava em 1861

“... ser de absoluta urgência remover os morféticos que em chusmas invadem a cidade” (55).

Num jornal de 1887 (56), podemos ler a seguinte notícia

“... ante-ontem vagavam por esta cidade 4 rapazes morféticos, recorrendo à caridade pública. Isto apesar de ter sido ordenada a construção de um Lazareto em 1864”.

Houve na cidade, em 1863, uma grande epidemia de varíola, com muitos casos fatais. Com auxílio do Governo da Província foi construído um Hospital provisório para estes doentes, o que facilitou a extinção do mal. Mas o primeiro hospital permanente só surgiu em 1865, com a construção da Santa Casa de Misericórdia.

Para se ter idéia da falta de noção de higiene que havia na época, basta atentarmos para esta Indicação feita à Câmara Municipal em 1864, por um vereador (57)

“... que se requeira a desapropriação de 12 braças de terra do fundo do quintal da Santa Casa de Misericórdia, para nella ser edificado o Matadouro Público”.

E por incrível que pareça este projeto foi aprovado.

Em 1882, foi inaugurada em Pindamonhangaba uma empresa funerária, muito bem aparelhada e apta a realizar funerais de 1a., 2a. e 3a. classes (58). Convém lembrar que, atualmente, a cidade não dispõe nem de um coche fúnebre.

SOCIEDADE E VIDA SOCIAL.

Terra de barões e doutores, assim era chamada Pindamonhangaba nos fins do século passado. Realmente ai vai se desenvolver uma

(55). — EMÍLIO ZALUAR, *op. cit.*, pág. 99.

(56). — TRIBUNA DO NORTE, 21 de agosto de 1887.

(57). — ATA DA CÂMARA do dia 9 de abril de 1864. Livro de Atas da Câmara de Pindamonhangaba. Vol. 9, pág. 84.

(58). — DOCUMENTO Nº 13.

aristocracia rural, com base no ciclo do café, que vai constituir a nobreza do Segundo Reinado. Dentre êstes nobres podemos citar:

Visconde de Pindamonhangaba: Francisco Marcondes Homem de Mello.

Visconde de Palmeira: Antônio Salgado Silva.

Viscondessa de Paraibuna: D. Benedita Bicudo Varela Lessa.

Viscondessa de Thaíde: D. Maria da Conceição Oliveira e Costa.

Barão de Taubaté: Antônio Vieira de Oliveira Neves.

Barão de Pindamonhangaba: Manuel Marcondes de Oliveira Melo.

Barão de Itapeva: Inácio Bicudo de Siqueira Salgado.

Barão de Paraibuna: Custódio Varela Lessa.

Barão de Romeiro: Manuel Inácio Marcondes Romeiro.

Barão de Lessa: Elói Bicudo Varela Lessa.

Barão de Santa Leocádia: José Antônio Fernandes Vilela.

A riqueza do café propiciou a êstes titulares a construção de palacetes urbanos, de um luxo e um requinte extraordinários, onde se oferecia aos visitantes champanhe ao envés de café. Dentre êstes palacetes, podemos citar o do Barão de Pindamonhangaba (onde se hospedavam os membros da Casa Real), o da Baronesa de Paraibuna, o do Coronel Antônio de Godoy Moreira e Costa.

Podemos destacar primeiramente, o palácio dos Barões de Itapeva, onde atualmente está instalada a Prefeitura Municipal. E' um maravilhoso exemplo da arquitetura eclética e foi construído por Charles Peyronton, o mesmo arquiteto do Palácio do Catete. Todo material para sua construção e decoração foi trazido da França. O assoalho é de pinho de Riga, as paredes eram cobertas de papel, as escadas protegidas por gradeados de ferro fundido e, no saguão, pode-se ver ainda bancos de bronze trabalhado. A fachada nos dá uma sensação de equilíbrio e beleza e é encimada por estátuas que representam as quatro estações.

Outro testemunho da riqueza da época é a mansão que pertenceu primeiramente aos Viscondes de Palmeira e depois aos Barões de Lessa. Foi construída pelo já citado Chiquinho do Gregório, sendo um exemplo de arquitetura néo-clássica. Tem 68 janelas e no seu interior havia lambrís de jacarandá e duas paredes móveis, que, retiradas, transformavam três salas em um imenso salão de festas. Foi neste solar que se realizaram as mais suntuosas festas de Pindamonhangaba. A Baroneza de Lessa recebia fidalgamente e usava nas grandes ocasiões diadema de brilhantes e colar de pérolas negras. Nestas recepções, podia-se admirar objetos valiosíssimos: talheres de ouro, bules com anéis de marfim, bandejas de prata tão pesadas, que necessitavam duas pessoas para carregá-las (59).

(59). — CESAR SALGADO, *Pindamonhangaba, Cidade Imperial*, pág. 32.

Foi neste solar que se realizou, na noite de 16 de dezembro de 1877, o baile comemorativo da inauguração da estrada de Ferro São Paulo-Rio de Janeiro.

O jornalista Rangel Pestana que esteve presente ao baile, assim o descreve no *A Província de São Paulo*:

... “A riqueza, o luxo, o cavalheirismo, a afabilidade e o gôsto davam naquela reunião numerosíssima a medida do adiantamento da população. O palacete se ostentava luxuoso e as senhoras apresentavam toilettes de muito custo e bastante gôsto. Os cavalheiros imprimiam à reunião a feição de um baile nas grandes capitais. As senhoras mostravam ilustração e espírito, o que mostra o grau de instrução de Pindamonhangaba. Só às cinco da manhã terminou o baile que definiu perfeitamente o progresso e a civilização e a riqueza desta cidade. Formando juízo vantajoso do município agrícola, onde a ilustração das mulheres nos surpreende e a delicadeza dos homens nos penhora, fazemos votos...” (60).

Já *O Correio Paulistano*, fazendo referências à mesma festa diz:

“ a par da riqueza que se ostentava no luxuoso edifício, admirava-se também a magnificência, o bom gôsto das toilettes das senhoras, muitas das quais eram deslumbrantes” (61).

A respeito de uma outra festa, também no solar dos Lessa, assim se refere a *Ilustração Paulista*:

“As 11 horas começou o baile. Senhoritas e senhoras vestiam-se com extraordinário rigor e bom gôsto. Tudo o que havia de encanto e beleza mostrava-se nos salões do Palacete Lessa” (62).

Vemos, portanto, que todos são unânimes em elogiar a mulher pindense, não só no que se refere ao luxo e bom gôsto de suas vestimentas, mas também no que se refere ao alto grau de sociabilidade e preparo intelectual. A sociedade pindense apresentava um índice tão alto de refinamento nesta época, que a podemos comparar com a sociedade que brilhava na côrte, sendo certo que a vida social de Pindamonhangaba era superior à das cidades vizinhas.

Já em 1861, Emílio Zaluar fazia referências à sociedade pindense, dizendo:

“Quanto a convivência social dos habitantes de Pindamonhangaba, é este um fato que surpreende agradavelmente o viajante. Distan-te sessenta léguas da capital do Império e mais de trinta da capital

(60). — CESAR SALGADO, *Pindamonhangaba, Cidade Imperial*, pág. 32.

(61). — IDEM, pág. 33.

(62). — IDEM, pág. 35.

da provincia, encontram-se aqui os costumes, a illustração, a amabilidade e o bom gôsto das brilhantes reuniões do Rio de Janeiro, e, no seio dessa população escolhida e fina crer-vos-heis transportados por encanto aos ruidosos salões do Catete, ou às vivendas deliciosas de Botafogo e Andarahy.

E' este sem dúvida o ponto mais animado de todo o norte da provincia. Tive ocasião de apreciar em algumas reuniões íntimas a prendada educação de muitas senhoras distintas e a conversação amável e espirituosa das pessoas mais notáveis dessa pouco numerosa, mas brilhante sociedade. O meu interêsse todo cifra-se em que o leitor percorrendo estas linhas se convença como eu de que Pindamonhangaba é um dos centros mais brilhantes da civilização da provincia" (63).

As damas da sociedade de Pindamonhangaba que, como pudemos ver, primavam pelo bom gôsto e elegância, não precisavam frequentar a côrte para estar em dia com a última moda. O comércio da cidade apresentava uma grande variedade de artigos de luxo: leques, fichus, tecidos finíssimos, rendas, etc. (64). Ao mesmo tempo, casas de modas do Rio de Janeiro mandavam representantes à Pindamonhangaba, com amostras de tecidos e modelos de vestidos para serem escolhidos pelas elegantes, que mandavam confeccionar suas roupas sob medida, nas grandes modistas da côrte (65).

VIDA CULTURAL E ARTÍSTICA.

Ao mesmo tempo que se desenvolvia em Pindamonhangaba esta intensa vida social, vai haver também grandes atividades artísticas e culturais, por parte desta sociedade rica, mas não fútil.

Já vimos os comentários sôbre o preparo intelectual das damas de Pindamonhangaba. Maurício Lamberg, publicista alemão, que viajou pelo Brasil, assim se refere à Princesa do Norte:

"... Até encontrei um gabinete de leitura com biblioteca, onde todos os estrangeiros têm entrada. Os habitantes desta cidade pa-

(63). — EMILIO ZALUAR, *op. cit.*, pág. 99 e 100.

(64). — Anúncio Publicado na TRIBUNA DO NORTE, de 31 de dezembro de 1884. *AU LOUVRE*.

Oferece lindo sortimento de fazendas, Damassé de lã, linho, rendas de linho de Point New, chantily de Veneza e Lion, tiras bordadas finas, fustões e toll vichy.

(65). — Notícia publicada na TRIBUNA DO NORTE de 11 de novembro de 1887. "Esteve nesta cidade o representante das casas de moda High Life e Casa de Fazendas Prêtas, estabelecidas na côrte. Trouxe um belo sortimento de fazendas, as mais ricas e modernas, e também de lindos modelos, a fim de que nossas elegantes possam se munir do que há de mais chic e nôvo na moda".

reciam-me estar mais adeantados intelectualmente do que os outros de velhos centros idênticos, que eu visitava” (66).

Terra de barões e doutores; o binômio estava bem aplicado.

De grande importância para a vida cultural e artística da cidade foi a construção do teatro. Em 1851, foi criada uma sociedade, com capital de 8:000\$000, com a finalidade de erigir uma casa de espetáculos. O prédio foi inaugurado em 1856, tendo sido projetado por Chiquinho do Gregório. Era uma construção bonita e espaçosa, com três ordens de camarotes, com 18 camarotes em cada ordem e galerias. A platéia era para duzentos lugares. Na parte superior, havia um salão para reuniões. O pano de boca foi pintado por artista de renome na época: José Maria Villaronga.

Espectáculos de boa categoria e de grande variedade como óperas, operetas, dramas, comédias, sessões de música e de prestigitação, foram levados nesta casa de espetáculos, com a participação de renomadas companhias estrangeiras.

Em 1858, o teatro foi cedido por dez anos a um grupo de artistas locais, que haviam constituído a Associação Dramática Particular e que levou várias peças de autores nacionais e estrangeiros. Mais tarde, em 1874, vai surgir outra companhia, a Associação Dramática Pindamonhangabense, que teve, porém, pouca duração.

No campo musical, Pindamonhangaba conta com uma figura de projeção nacional, — o maestro João Gomes de Araujo. Nascido em 1864, logo demonstrou pendores para o estudo de piano e violino. Foi o fundador do Conservatório Musical da cidade e recebeu grande apêlo de D. Pedro II, graças a quem pôde obter uma bolsa para aperfeiçoar-se na Itália. Compositor de mérito, escreveu missas, sinfonias e outras peças, entre as quais a ópera *Carmosina*, que foi levada a cena pela primeira vez no Teatro Dal Verme de Milão, com grande aplauso por parte do público, do qual fazia parte o nosso Imperador.

Ainda no campo musical, não podemos deixar de nos referir à famosa Banda Euterpe, que fundada em 1825, acompanhou a vida de Pindamonhangaba, tocando em tôdas as festas cívicas e religiosas. Completou em 1965, 140 anos de existência, sendo a mais antiga corporação musical do Estado.

Vários foram os clubes literários que surgiram na cidade, nos fins do século passado. Organizavam os famosos saraus, tão a gosto na época, onde se intercalava música e poesia; promoviam debates sobre literatura; homenageavam autores e alguns chegavam a manter bibliotecas especializadas.

O setor da Imprensa foi um dos mais ativos em Pindamonhangaba. Desde o aparecimento do primeiro jornal da cidade, *O Progresso*, fundado em 1863, cêrca de 60 órgãos de imprensa foram editados até 1900.

Foram jornais de tendências as mais variadas: abolicionistas, republicanos, monarquistas, liberais ou conservadores. Temos jornais humorísticos e jornais literários, jornais de defesa de classe como o *Echo do Professorado* e um jornal oficial, a *Gazeta Oficial*, que publicava o expediente e os atos da Câmara Municipal.

Vários jornais foram editados por meninos, alguns com nomes bastante sugestivos, como o Gafanhoto Arisco (de curta duração, talvez devido ao título), e outros com ideais românticos como o Lyrio, editado pelos rapazes em homenagem às senhoritas da cidade.

Mas havia também jornais "comerciais", como o *Pharmácia Gouveia*, que só publicava anúncios.

Dentre os órgãos de imprensa de importância, podemos citar:

O PINDAMONHANGABENSE (jornal de formato grande, 1867-1872).

NORTE DO ESTADO (jornal conservador, editado em 1863).

GAZETA DO NORTE (jornal literário, que durou só um ano, mas teve grande projeção, com um corpo de ótimos colaboradores, como Raimundo Corrêa, Paulo Orozimbo, etc., 1879-1880).

DIÁRIO DO NORTE (1877-1879, órgão do Partido Liberal, único jornal diário da região).

FOLHA DO NORTE (jornal republicano — 1899).

TRIBUNA DO NORTE (hebdomanário fundado em 1882, ferrenho defensor das idéias liberais. E' editado até hoje, sendo o mais antigo órgão de imprensa do interior paulista).

A ABOLIÇÃO DOS ESCRAVOS.

Município eminentemente agrícola, com economia baseada no braço escravo, Pindamonhangaba vai viver intensamente o movimento abolicionista.

A população escrava de Pindamonhangaba era bastante numerosa. Em 1876, temos 2.500 escravos na cidade e o recenseamento de 1879 nos mostra que um quarto da população era cativa, pois, para 14.636 habitantes, havia 3.718 escravos. Em 1882, Pindamonhangaba era a terceira cidade do Vale do Paraíba em número de escravos (4.777), só sobrepujada por Guaratinguetá (5.312) e por Taubaté (5.155).

Isto representava um imenso capital aplicado que os fazendeiros tinham que defender com afincos. Pelos jornais da época podemos vêr que eram prometidas bôas recompensas a quem achasse e entregasse peças negras que haviam fugido das fazendas (67).

As primeiras leis abolicionistas vieram desagradar muito aos proprietários de escravos, que procuraram burlá-las da melhor maneira possível. Assim o dinheiro do fundo de Emancipação era aplicado pelos fazendeiros de maneira desonesta e fraudulenta. Em 1882, o Gôverno da Província destinou a quantia de 277:000\$000 para êste fundo, cabendo à Pindamonhangaba a quantia de 6:880\$000. Em jornal da época, podemos ler o seguinte comentário

“... Nesta cidade infelizmente a quota que nos coube está sendo explorada pela mais vergonhosa especulação, e por isto o número de escravos emancipados está muito aquém da quantia dispêndida. Não se pode avaliar um escravo sem officio, sem habilidade alguma, pela quantia de 1:900\$000, ou um velho por 1:600\$000, mas é por êste preço que estão vendendo ao Estado, para libertá-los, prejudicando outros” (68).

Quando foi aprovada a Lei dos Sexagenários, fazendeiros desonestos, muitas vêzes, applicavam o dinheiro do fundo para libertar escravos que no ano seguinte seriam atingidos pela referida lei.

Mas, aos poucos, a Campanha Abolicionista foi penetrando na mentalidade da gente de Pindamonhangaba e aumenta, gradativamente, o número de fazendeiros que alforriam seus escravos. Assim, no dia 25 de abril de 1876, foram registrados no cartório cartas de liberdade de cinco escravos, por testamento de D. Constância Marcondes. Também por testamento, o Sr. Francisco Salgado César deixou aos seus escravos contos de réis e valiosas terras, em 1876 (69).

Em jornais da época, lemos constantemente notícias como estas:

“CARTA DE LIBERDADE. No dia 7 do corrente, aniversário natalício de sua espôsa, o Dr. Pedro Leão Veloso concedeu liberdade a seu último escravo. Consta-nos que esta é a oitava carta de liberdade concedida por êle” (70). “40 ESCRAVOS LIBERTADOS: o Sr. A. Brazílio, fazendeiro no bairro de Itaguay, neste município,

(67). — Anúncio Publicado na TRIBUNA DO NORTE de 11 de junho de 1882. 200\$000 de gratificação.

Da Fazenda Córrego Branco, pertencente a Manuel Romelro fugiram os seguintes escravos:

Camilo, crioulo, preto alto, falquejador e serrador. Domingos, crioulo, de corpo regular, cabelos grenhos, carreiro.

Gratifica-se com 100\$ a quem prender cada um dos mencionados.

(68). — TRIBUNA DO NORTE, de 22 de outubro de 1882.

(69). — JOÃO MARTINS DE ALMEIDA, *Vultos de Pindamonhangaba*, pág. 46.

(70). — TRIBUNA DO NORTE, de 12 de dezembro de 1886.

libertou 40 escravos, únicos que possuía”. E em seguida: “O Sr. tenente-coronel Manuel Affonso Ennes, fazendeiro de Campina Grande libertou seus últimos escravos, em número de nove. Completa com êstes o número de vinte e um por êle libertados” (71).

A campanha abolicionista era bastante grande na cidade, pois em Pindamonhangaba havia um forte contingente do Partido Liberal. O jornal *Tribuna do Norte*, órgão oficial dêste partido, abre um edital no dia 7 de novembro de 1886 dizendo:

“A idéia abolicionista caminha a passos largos. Já as notícias echoam de todos os lados que soleniza-se em todo o País, com a libertação de cativos e com fundações de sociedades de propaganda abolicionista. Assim podemos afirmar que dentro em pouco teremos a liberdade do povo” (72).

Esta propaganda tôda, organizada pelos abolicionistas, vai produzir seus frutos. Assim, no dia 25 de fevereiro de 1888, os mais ricos proprietários de escravos da cidade, reunidos na Câmara Municipal, resolveram atender às solicitações dos Drs. Francisco Marcondes Romeiro, João Marcondes da Moura Romeiro e Gregório Costa e concordaram em dar baixa na coletoria de seus direitos sôbre os escravos.

No dia 26 de fevereiro de 1888, o *Tribuna do Norte* comenta:

“Podemos considerar livre o nosso município. Apenas o preenchimento de algumas formalidades, por parte daqueles que não tiveram tempo de dar baixa na matrícula de seus escravos, e de fato e de direito nem um só escravo existe no município de Pindamonhangaba. O que devemos muito aplaudir é a bôa ordem que reina nas fazendas, onde conservam-se os libertos trabalhando sem interrupção e sem rancor para com os fazendeiros aos quais geralmente mostram-se gratos. Tudo na mais perfeita paz e tranquillidade. Os fazendeiros mostram-se contentes e satisfeitos. Fizeram êles mesmos a libertação e garantimos que não esperavam que a transformação do regime se operasse em tão bôa ordem” (73).

São palavras certamente muito otimistas, estas que aqui transcrevemos, mas mostram bem a opinião dos liberais, que, no momento, não souberam prever os problemas de ordem econômica e sobretudo, os de ordem social, que adviriam com a libertação radical da escravatura.

(71). — TRIBUNA DO NORTE, de 26 de setembro de 1886.

(72). — TRIBUNA DO NORTE, de 7 de novembro de 1886.

(73). — TRIBUNA DO NORTE, de 26 de fevereiro de 1886.

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.

As fortes tendências liberais, constantes em sua gente, vão criar em Pindamonhangaba uma situação paradoxal: sendo terra de barões do Império, vai apresentar um forte núcleo republicano.

Em 29 de julho de 1888, foi fundado na cidade o Clube Republicano, do qual faziam parte republicanos convictos e escravocratas inconformados. Surgiram também, nesta época, jornais de tendências republicanas, como *O Binóculo* e a *Fôlha do Norte*, que, unidos ao sempre polêmico *Tribuna do Norte*, criaram na cidade um clima favorável à mudança do regime.

A notícia da Proclamação da República foi recebida na cidade com descrença, mas logo que se positivou a notícia

“... os membros do diretório republicano, colocaram-se à frente do povo, e, acompanhados pela banda de música, que tocava a Marselheza e guiados por uma bandeira com as côres da revolução, encimada por um barrete frígio, seguiram para o paço municipal, dando vivas à República” (74).

No mesmo dia os vereadores, reunidos na Câmara, lavraram ata de adesão à República, seguindo-se depois discursos dos principais chefes republicanos (75).

A *Tribuna do Norte* lançou uma Edição Especial, no dia 28 de novembro de 1889, comemorativa da Proclamação da República. Neste número, num artigo intitulado A PÁTRIA LIVRE, podemos ver a opinião do jornal:

“... E como não confiar no govêrno do povo, pelo povo, que é o que se agora inaugura. As velhas instituições que por sua própria natureza alimentavam e ábrigavam essa política destestável que revoltou a Nação, não podiam mais ser toleradas pelo povo, cuja paciência também se esgota. Por mais imperfeita que fôsse a Constituição Republicana sempre ofereceria maiores garantias do que a que desapareceu no dia 15 de novembro, com aplausos da Nação inteira” (76).

CONCLUSÃO.

Sendo Pindamonhangaba uma cidade cuja vida econômica estava intimamente ligada à mão-de-obra servil e à vida política ao poderio dos barões do Império, é natural que vá ser fortemente atingida pela Abolição e pela Proclamação da República.

(74). — TRIBUNA DO NORTE, de 28 de novembro de 1889.

(75). — DOCUMENTO Nº 14.

(76). — TRIBUNA DO NORTE, de 28 de novembro de 1889.

Os vereadores, quando saudaram o 15 de novembro, não sabiam estar saudando inconscientemente o início da decadência da cidade, porque a República trazia consigo uma nova ordem de idéias, na qual Pindamonhangaba não soube se enquadrar.

Pequena vila durante o século XVIII e meados do XIX, Pindamonhangaba teve cerca de quarenta anos de esplendor, seguindo-se um período de decadência rápida e marcante. Depois desta fase, a cidade entrou num período de estagnação, o que fez com que não se integrasse até hoje no movimento desenvolvimentista e industrial que atingiu o Vale do Paraíba.

Isto se deve a vários fatores de ordem geográfica, econômica e política, unidos a um excessivo amor ao passado, que durante muito tempo criou um ambiente hostil a tudo que viesse de novo e de fora.

Sem ser uma cidade morta, Pinda não demonstra porém todo o esplendor social e cultural que viveu e que faz com que a possamos tomar como um exemplo típico de uma cidade do Segundo Reinado.

* *
*

DOCUMENTO Nº 1.

Vol. XLVII da PUBLICAÇÃO DOCUMENTOS INTERESSANTES DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, página 51.

CARTA DO GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO AOS MORADORES DE PINDAMONHANGABA CENSURANDO-LHES O HAVEREM REVOLUCIONARIAMENTE ELEVADO ESTA POVOAÇÃO À CATEGORIA DE VILLA. 12-12-1703.

“Governadores do Rio de Janeiro — LXIII — A. Fls. 253v.”.

De Taubaté se me conta que V. M. se levantarão, levantando Pilorinho, e nomeando Juizes, e se tem nomeado Villa. Sendo isto contra as ordens de S. Magestade, que Deos Guarde e Regimentos porque não pode haver Villas, senão de cinco em cinco léguas, ordeno a V. Mes. da parte de S. Magestade que não usem de tal alteração, sem que tenham primeiro ordem do d.º S.º a quem logo dou conta e V. Mes. o fação enquanto não houver resposta sua não devem V. Mes. uzar da jurisdição que não tem.

Deos Guarde a V. Mes. — 12 de Dezembro de 1703.

D. Alvaro da Silveira e Albuquerque.

*

DOCUMENTO Nº 2.

Vol. LI da PUBLICAÇÃO DOCUMENTOS INTERESSANTES DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, página 268.

CARTA DE D. ALVARO DA SILVEIRA DE ALBUQUERQUE, GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO AO REI SOBRE A TU-

MULTUÁRIA ERECCÃO DE PINDAMONHANGABA A CATEGORIA DE VILLA — de 24 de dezembro de 1704.

Da coleção Governadores do Rio de Janeiro LXIII A — Fls. 304. Senhor

Da Villa de Taubaté se me escreveu a carta que faço presente a V. Magestade e sobre que hua freguesia duas legoas distante daquella Villa se havia levantado, nomeando Juizes e Officiaes da Camara contra as ordens de V. Magestade e como por algumas informações que tenho tomado se acha não ser isto conveniente ao serviço de V. Magestade lhes escrevi não fossem por diante com esta diligencia até V. Magestade rezolver o que for servido.

Deos Guarde a Real pessoa de V. Magestade como seus vassallos avemos mister.

Rio de Janeiro — 24 de dezembro de 1704.

D. ÁLVARO DA SILVEIRA DE ALBUQUERQUE.

*

DOCUMENTO Nº 3.

Vol. XCIII (1700-1725) DO LIVRO DE ORDENS REAES DO ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Vol. LI da PUBLICAÇÃO DOCUMENTOS INTERESSANTES DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, página 305 (resumo).

CARTA RÉGIA QUE CRIOU A VILLA DE NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO DE PINDAMONHANGABA.

OUVIDOR GERAL DA CAPITANIA DE SÃO PAULO.

Eu a Rainha de gram Bretanha, Infanta de Portugal vos envio muito saudar. Havendo visto a conta que me destes da resolução que tomarão os moradores da freguezia de Pindamonhangaba, termo da Villa de Taubaté, capitania de Conceição Levando em villa a dita freguezia Com a Envocação de Nossa Senhora do Bom Susseço nomeando juizes e Officiaes da Comarca. E o que obrastes sobre este particular E me escreveram o Governador do Rio de Janeiro e moradores de dita freguezia Com os mais papeis que remettestes por parte dos officiaes da Camara de Taubaté me pareceu ordenarnos passeis logo a dita freguezia de Pindamonhangaba chameis a vossa presença os principaes della e da minha parte lhes estranheis muito a culpa que cometteram em fazerem villa sem permissão minha por ser isto só de meu poder Soberano e lhes insinuareis que atendendo a ignorancia que alegarão e perdão que me pedirão estando de minha real clemencia lhes faço mercê de os relevar do castigo que merecião e que pello querer a Comodar Hei por bem que creiis de novo a dita Villa com jurisdicção separada com apelaçam e Aggravo para o Ouvidor geral dessa capitania me demarqueis termo sem prejuizo da villa de Taubaté e em quanto o congroa do Vigario geral de Taubaté ser pago pellos dizimos reaes da mesma villa me

pareceu dizervos se não pode deferir por hora Em da mesa de Cosciencia e ordens aonde toca consultar, a Criação de Semelhantes vigarias e com ela requerer pelo Conselho Ultramarino alvará de mandimento para ser pago na folha eclesiastica da ordinária e Com graça que se lhe comutar, Escrita em Lisboa a des de Julho de mil sete Sentos e cinco RAYNHA CATARINA O CONDE ALVOR PRESIDENTE, Pera o Ouvidor Geral de S. Paulo.

Não se consinta mais na dita carta registrada bem e fielmente sem cousa alguma que duvida faça. Pindamonhangaba des de Julho de mil e sete Sentos e seis annos. FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA.

*

DOCUMENTO Nº 4.

Vol. XI da PUBLICAÇÃO DOCUMENTOS INTERESSANTES DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, páginas 511 e 512.

Srs. OFFICIAES DA CAMARA.

Diz Ignacio Vieira de Carvalho morador no termo desta Villa que por certos requerimentos a bem de sua Justiça lhe he necessario que V.V. M.M. lhes atestem debaixo de Juramento dos Santos Evangelhos se o Supplicante havendo duvidas sobre a sua fazenda, e campos que estavam além da serra denominada da Parahiba, pertencer ou não a Capitania de Minas ou a esta de S. Paulo por duvidas que suscitarão aqueles moradores da Freguezia de Itajubá, se ficarão divididos com seu vizinho João da Costa Manso, por hu Rio que vem da fazenda do Falecido Manuel Galvão de França e por aver o supplicante assignado um termo na Secretaria do Governo de Minas Gerais de concervar fechada huma estrada que antigamente hia para o Itajubá, e se com efeito assim o concerva desde o anno de 1774, e se avera hum anno pouco mais ou menos que seo vezinho João da Costa Mano de poder absoluto abrio, e invadio a referida estrada e devisa fazendo cavar o baranco do Rio, destruir os matos com ferramentas e fogos, de sorte que dando disto parte a Camera e Officiaes anteceçores de V.V. M.M.; estes foram pessoalmente com o Capitão Mor examinarão abertura e Acharão na realidade aberta a estrada, fizerão trancar, porem agora de novo o mesmo tornou a abrir espoticamente sem ordem de pessoa alguma, portanto Pede a V.V. M.M. que lhe atestem sobre o alegado tudo quanto for verdade e lhes constar

M. R. M.

Attestamos e fazemos certo tanto pela sciencia e conhecimento que temos do sitio de que se trata como pelas enformações que nos derão os Camaristas do anno preterito os quaes foram no seo tempo e anno em companhia do Capitão Mor desta Villa.... e occularmente virão e testemunharão o que abaizo se declara havendo em outro tempo duvida na fazenda do Supplicante e de João da Costa Manço

com os de Minas Gerais, ficando Ignacio Caetano pertencendo a esta Companhia divididos por hum rio.... tendo se obrigado a concervar fechada a picada que hia de Itajubá.... achandoce o rompimento que alega, mandarão tapar o dito lugar e agora nos consta ter feito rompimento em duas partes, e tudo nos consta ter feito João da Costa Manço de poder absoluto, o que tudo sendo necessario affirmamos debaixo do Juramento dos Santos Evangelhos. Pindamonhangaba em Camara aos 16 de Janeiro de 1796. DOMINGOS MARCONDES DO AMARAL — MANOEL DE OLIVEIRA SILVA — DOMINGOS DE CERQUEIRA CESAR — JOSÉ HO-MEM DE MELLO — JOSÉ MARCONDES AMARAL.

*

DOCUMENTO Nº 5.

Vol. XI da PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS INTERESSANTES DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, páginas 488 e segs. QUESTÃO DAS TERRAS DE IGNÁCIO CAETANO VIEIRA DE CARVALHO JUSTIFICAÇÃO DE POSSE (1773).

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e ceteentos e setenta e tres annos aos desanove dias do mes de Outubro do dito Anno nesta Villa Real de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba em a casa de morada do Juiz Ordinario Alferes Manoel Monteiro de Castilho, aonde eu Tabeliam ao diante nomeado fui vindo Sendo ahy por parte de Ignácio Caetano Vieira de Carvalho me foi apresentada uma sua petissam de Iteins com o despacho nela posto pelo dito Juiz Requerendome em Virtude do Dito despacho a tomace autuace aceitace os seguintes termos dela a qual sendome assim apresentada em Virtude do dito despacho a tomei aceitei autuei por quanto devo e posso e a elle ajuntei a mesma Petissam de Iteins que tudo he o que ao diante se Segue de que fiz esta Autuasam, e eu, DOMINGOS VIEIRA DA SILVA escrivam que o escrevi.

Diz Ignácio Caetano Vieira de Carvalho morador nesta Villa de Pindamonhangaba, que elle Supplicante para bem de sua justiça lhe é necessario justificar os Iteins Seguintes.

(Seguem-se 11 itens, onde o suplicante faz a exposição da situação de sua propriedade e pede seja lhe confirmada o certificado de posse das referidas terras).

P. a Vmce. seja servido admitir ao Supplicante a justificar os Referidos Iteins, e justificado o que baste, se julgue por sentensa, e lhe mande passar seu instrumento em modo, que faça fé.

E. R. M.

*

DOCUMENTO Nº 6.

Vol. XI da PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS INTERESSANTES
DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, página 440.

REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA DE PINDAMONHANGABA,
1803.

Ilmo. e Exmo. Senhor. —

A indispensável obrigação que temos de attentar pelo bem e sucego desta Republica, fas com que ponhamos na respeitável presença de Vossa Excelência o desassocego, em que nos vemos ha huns poucos de annos a esta parte a respeito dos moradores do Arrayal de Itajuba, hoje pertencente a nova Villa da Campanha do Rio Verde, por conta das fazendas citas sobre a Serra da Parahiba, e com especialidade, a de Ignácio Caetano Vieira de Carvalho por ser este o morador que confina com o sobredito Itajubannos, e donde por mandato, e determinação do Ilmo. Sr. General de Minas fes a ultima divizão em paragem muito sufficiente e foi vista pela Camara e o nosso Capitão Mor.

No principio desta contenda, vierão os Comandantes a fazenda do sobredito Ignácio Caetano e em sua auzencia lhe prenderão o capataz, e lho levarão para Sam João de El Rei, este seguiu ao seo capataz com documentos verdadeiros, em os quaes lhes mostrou a idoza e antiquissima posse do districto desta Villa e extensão da capitania e lhe foi entregué o Capataz e cedido o lugar — ficando os ditos documentos tanto na secretaria do Governo como em S. João de El Rei de depois de socegados estes dispoticos procedimentos dos Comandantes temos o flagello de hum João da Costa Manço, que por mao e vingativo nos flagella rompendo a ferro e fogo a nossa deviza para ir como foi a inquietar tanto ao preclarissimo Senhor General das Minas, Bernardo José de Lorena como talvez tem ido enganar ao Dr. Ministro da Campanha dizendo-lhe não ter ataque tendo o excelente a não cooperar a sua malevolencia.

O nosso Capitam Mor, nesta ocaziam escreveo a V. Excia. com os documentos de Ignácio Caetano, nos quais verá V. Excia. a antiga posse que temos naquellas fazendas, e nos mattos que tirarão por Sismarias nessa Secretaria e se ha huns poucos de annos, em fim Senhor o enrigante Costa tendo Rompido o ataque da divizão de poder absoluto não menos de quatro vezes e Intentão vir por Registro no alto da Serra distante desta Villa pouco mais de tres legoas o que ed nenhuma sorte devemos consentir especialmente agora que temos a honra de ter de Nossa parte, para nos dfender, o amparo de V. Excia. e nos dar hum continuado socego para adiantarmos as nossas lãvoiras....

Desejamos a mais prospera Saude e eternas felicidades, e que Deos guarda a Nobilissima Pessoa de V. Excia. por muitos anos. Villa de Pindamonhangaba em Camara de 7 de Março de 1803. De V. Excia. os mais humildes Suditos, MANOEL PAIS DOMINGUES,

FELIPE JOSÉ DA SILVA, JOSÉ DA SYLVA BARBOZA, ANTONIO RODRIGUES FERREIRA.

*

DOCUMENTO Nº 7.

Vol. XI da PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS INTERESSANTES DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, página 441.
AO CAPITÃO-MOR DE PINDAMONHANGABA (DO SECRETARIO), 1803.

O Illmo. e Exmo. Senhor General à vista da Carta de V. M. de 20 de Julho do presente anno, me ordena o avize, ficar sciente do Estabelecimento da Guarda de Capivary na Extrema desta Capitania, cuja diligencia lhe manda louvar pela vigilancia e acerto com que se houve na sua execução. Repeito a João da Costa Manso determina o mesmo senhor, que em elle apparecendo no districto de sua jurisdição, o mande V. M. prender e remetta seguro para sta Capital. Completo que seja o quartel para os soldados, inviará V. M. a conta de sua despeza, junto com a dos mantimentos, com que lhe tem assistido, à Junta da Real Fazenda desta Cidade para lhe ser satisfeita.

Deos guarde a V. M. São Paulo, 15 de Julho de 1803.

LUIZ ANTONIO NEVES DE CARVALHO.

*

DOCUMENTO Nº 8.

Vol. XI da PUBLICAÇÃO DOCUMENTO INTERESSANTES DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, página 472.2
DA CAMARA DE PINDAMONHANGABA 1809 PARA O GOVERNADOR ANTONIO JOSÉ DE FRANCA E HORTA.

Ilmo. e Exmo. Sr.

Nesta occazião nos participa o Capitão Mor desta Vila com a parte lhe da o Alferes Claro Monteiro do Amaral com a qual o mesmo Capitão Mor participa a V. Excia. motivo porque nos obriga a hir por esta a Respeitável presença de V. Excia. o que devemos obrar na abertura daquele caminho, porque os ditos Mineiros o seu intento he virem sobre a Capitania de Sam Paulo como V. Excia. Tem observado, ou se he para fazerem Estrada dos Moradores de Camanducaia ou da Villa de Campanha para a Villa de Taubaté....

Na mesma parte que da o dito Alferes, diz que trazem ordem de S. A. mas o morador não sabe ler pois o dito Alferes fica distante do morador pouco mais de hum quarto e não lhe apresentarão a

ordem que diz trazião. E caso tragão a ordem como dizem e querem entrarem por esta Capitania deixando aquelles moradores para dentro de sua divizão, e porem Registro sendo Estrada daquella para esta os quais moradores pagão dizimos ha mais de doze annos a esta Villa V. Excia. se sirva determinar nos o que devemos obrar.... A respeitosa pessoa de V. Excia. Guarde Deos por muitos annos para amparo desta Capitania Pindamonhangaba em Camara 15 de Julho de 1809. De V. Excias. os mais obedientes suditos MIGUEL DE GODOI MOREIRA; JOSÉ MACHADO DA SILVA, DOMINGOS VIEIRA DO PRADO, MANOEL DA COSTA PAIS, JOAQUIM RAMOS DE OLIVEIRA.

*

DOCUMENTO Nº 9.

ATHAIDE MARCONDES: *Pindamonhangaba*, página 224.

ACTA DA DELIBERAÇÃO TOMADA PELO POVO DESTE
MUNICÍPIO.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quarenta e dois, aos vinte e hum dias do mes de Junho, do dito anno nesta Vila Real de Pindamonhangaba, em as Casas da Camara della onde se reunirão os principaes Cidadãos da mesma que para ahi a instancia do mesmo Povo foi por todos unanimemente Reconhecido o governo interinamente instalado para esta Provincia na Cidade de Sorocaba e por todos os cidadãos presentes foi unanimemente declarado que de livre vontade reconheciao e prestavão toda a obediencia ao Governador Exmo. Sr. Rafael Tobias de Aguiar, aquem pretendiam sustentar afim de se baldar e ficar sem execução alguma das Leis das Reformas e do Conselho d'Estado que vem escravisar a Nação e tomar o seu Governo em hua perfeita oligarquia: e que visto constar terem sido suspensões a Camara e Juizes de Paz officiais da G. Nacional desta Vila por se terem mostrado afeitos ao Governo novamente proclamado por esta Provincia todos unanimemente proclamarão que continuassem sem efectivo exercicio de suas juridições todas essas autoridades despoticamente suspensões cujas Ordens prometerão todos sustentar e fazem lhes dar a devida execução: deliberação esta que sendo comunicada a todo Povo reunido foi por este recebida com inumeráveis aplauzos, e correspondida com os vivas os mais entuziasticos à nossa Santa Religião Catolica Apostolica Romana, a Constituição do Império, a Sua Magestade o Imperador Constitucional, ao Exmo. Sr. Presidente interino da Provincia e ao glorioso povo paulistano que o hade sustentar em seu Governo; de que para Constar se lavrou a prezente Acta que vai assignada pelos principaes Cidadão Presentes: (seguem-se cerca de quatrocentas assinaturas).

*

DOCUMENTO Nº 10.

ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA DE
12 DE JUNHO DE 1863.

1ª SESSÃO ORDINÁRIA.

A Comissão encarregada de examinar, por parte desta Câmara os consertos feitos na estrada, que desta cidade segue para Guaratinguetá tendo ido observar os referidos consertos e tão bem as pontes, vem hoje offerecer a consideração da Camara os seguintes pontos....

A ponte do rio Pirapitingui está com o soalho velho e guarda velha, tudo em mau estado. O soalho já foi apostado em pequena parte, porém foi com madeira de ruim qualidade. Proximo a Capela de Aparecida está a ponte alta, metade de cuja guarda acha-se no chão pelo seu mau estado.

Passando a tratar do leito da estrada a comissão tem a ponderar que os alterados feitos não tem conveniente abaulamento e nem foram areados ou empedregulhados. Os lugares estragados pelas águas que grande parte da estrada. Alguns lugares há que deviam ser aterrados e não foram... E' quanto a Comissão tem a levar ao conhecimento da Câmara.

Pindamonhangaba, 12 de Janeiro de 1863.

João Mariano de Oliveira Cesar.

Luiz Teixeira de Barros.

LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA. Vol. nº 9.

ARQUIVO MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA.

*

DOCUMENTO Nº 11.

ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA DE
1º DE MARÇO DE 1863.

LIVRO DE ATAS DA CAMARA MUNICIPAL, VOL. 9 — ARQUIVO MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA.

Relatório da Comissão que foi verificar os serviços feitos na serra, da estrada que desta cidade vai a São Bento do Sapucaí.

Já foram roçados 2/3 da estrada, mas roçada esta de pouca durabilidade e com largura inferior a 20 palmos. Acha-se já feito um pedaço de enchadas, constando apenas de entupimento de alguns buracos ou regos feitos pela água. A Comissão avalia o trabalho feito em cento e cinquenta mil reis.

Logo no começo da Serra a abertura da estrada é bôa, constando o trabalho só de foice... mas a certa altura o trabalho foi feito pelo lugar o mais inconveniente, porque é muito ingreme, excedendo talvez a 20% de declive.

Eu, secretário Francisco do Amaral Gurgel.

Pres: Santos Moreira.

*

DOCUMENTO Nº 12.

LIVRO DE REGISTROS E CONTRATOS (1873-1909). Vol. 47 do ARQUIVO MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA, páginas 8, 9, 10 e 11.

Auto do Contrato feito entre a Câmara Municipal, de Pindamonhangaba e o Sr. Benedito Carlos Leite Cortez, proprietário de empresa de Iluminação pública. (Do qual passamos a transcrever os itens mais importantes).

Art. 1º.

A iluminação pública desta cidade, será feita a kerosene.

Art. 2º.

Os lampiões que serão em número de 25 e designados pela Câmara, serão acesos em todas as noites escuras, quer seja tempo de luar ou não.

Art. 3º.

A iluminação começa ao escurecer e se estenderá até a meia noite, salvo em noites dos dias: 5º, 6º e sábado da Semana Santa, sábado do Espírito Santo, sete de Setembro, 2 de Dezembro, véspera de Natal e noites de espetáculos, quando se prolongará até o amanhecer.

Art. 4º.

Os lampiões serão de bocal nº 1 e darão luz correspondente a 6 velas e serão limpos diariamente, ou quando seja preciso.

Art. 5º.

A conservação dos lampiões será por conta do contratante.

Art. 10º.

O contratante se encarrega da iluminação mediante a quantia de 2\$450 por espaço de um ano, a contar desta data, sendo porem os pagamentos mensais.

Pindamonhangaba, 25 de novembro de 1874.

RENOVADO POR DOIS ANOS.

*

DOCUMENTO Nº 13.

LIVRO DE REGISTROS DE CONTRATO. Vol. 47 DO ARQUIVO MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA, página 28.

TÉRMO DE CONTRATO QUE FAZ O PRESIDENTE DA CÂMARA, JOSÉ DOS SANTOS MOREIRA COM CÉSAR AUGUSTO DA COSTA PARA O CONTRATO DE ORGANIZAÇÃO DE UMA EMPRESA FUNERÁRIA.

Art. 1º.

A Empresa será obrigada a conduzir gratuitamente nos veículos da terceira classe aos que provarem indigência, com atestado do parrocho ou do Presidente da Câmara.

Art. 2º.

A Empreza será obrigada a respeitar os seguintes preços:

Tabela nº 1.

Carro de 6 colunas, todo pintado de preto, com sarrafas de veludo, franjas de ouro, puchado por 2 animais, cocheiro fardado 40\$000.

Caixão com tampo de veludo, com galão e vendas finas, cruzeiro de seda, alças de metal, com fechadura de metal 200\$000.

Entêrro de 2ª.

carro — 20\$000.

caixão — 95\$000.

Entêrro de 3ª.

carroça fechada, puchada por um animal 15\$000.

caixão, simples, sem enfeites 40\$000.

Tabela nº 2 (para infantes).

Carro de 4 colunas, todo pintado de encarnado (?), com sarafos de damasco de seda.

*

DOCUMENTO Nº 14.

ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA DO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 1889 (Transcrita do livro *Pindamonhangaba* de ATHAIDE MARCONDES, página 7).

ADHESÃO À REPÚBLICA. Aos desesete de Novembro de mil oitocentos e oitenta e nove, no Paço da Câmara Municipal de Pindamonhangaba, às cinco horas da tarde, presentes os srs. vereadores Doutor João Romeiro,

Tenente Coronel José Francisco Homem de Mello, Ooutor Daniel Rezende, Doutor Elias Marcondes, Major Manoel Thomas Marcondes de Souza, José Antonio de Oliveira e Costa e Claro Ribeiro, reunidos em sessão extraordinária, convocada pelo Sr. Presidente para dar conhecimento à câmara dos acontecimentos polpíticos passados no Paiz, no dia 15 do corrente que deram em resultado a deposição da Monarchia... Em seguida convidou o Sr. Daniel Rezende, vereador mais moço dos presentes a redigir uma moção, na qual a câmara em nome do povo dêste municipio, declarava adherir a nova ordem de cousas e reconhecer os govêrnos provisórios de São Paulo e Rio de Janeiro. Tomando a palavra o Sr. Daniel Rezende... offereceu a seguinte moção: "A camara municipal de Pindamonhangaba, reunida em sessão extraordinária, como genuina representante dos sentimentos e vontâdes pôpulares, ao ter conhecimento da benéfica revolução nacional de que resultou a deposição da dinastia imperial e proclamação da República Brasileira, declara que adhere inteiramente à nova forma de govêrno estabelecida no Paiz, convençionalmente segura de que a sabedoria e patriotismo do govêrno

saberá garantir a ordem pública, a propriedade, a liberdade e tranquilidade dos cidadãos.

Sala das sessões, 17 de novembro de 1889

DANIEL G. REZENDE
MARCONDES DE SOUZA
JOÃO ROMEIRO
CLARO RIBEIRO
J. A. OLIVEIRA E COSTA
ELIAS MARCONDES
JOSÉ FRANCISCO HOMEM DE MELLO.

* *

*

FONTES E BIBLIOGRAFIA.

I. — FONTES MANUSCRITAS.

Arquivo do Estado de São Paulo.

— Tempos coloniais — Maços de População de Pindamonhangaba — (1773-1820).
Latas 136, 137, 138, 139 e 140.

Arquivo da Câmara Municipal de Pindamonhangaba.

— Livro de Registros de Contratos — Vol. 47 — 1873-1909.

— Atas da Câmara Municipal de Pindamonhangaba — Vol. 8, 9, 10, 11 e 12 —
1862-1886.

III. — FONTES IMPRESSAS.

DOCUMENTOS INTERESSANTES para a História e Costumes de São Paulo —
publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo — Volumes I a
LXXXIII — (1894-1956).

III. — LIVROS.

ABREU (Waldomiro de). — *Notas para a História de Pindamonhangaba*. Gráfica Tupy. Rio de Janeiro, 1957.

ALMEIDA (João Martins de). — *Vultos de Pindamonhangaba*. 2ª série. Gráfica Tupy. Rio de Janeiro, 1958.

AYROSA (Plínio). — *Primeiras Noções de Tupi*. São Paulo, 1933.

GUIZARD (Filho Félix). — *Jacques Félix*. Atenia Editôra. São Paulo, 1938.

LEME (Pedro Taques de Almeida Paes). — *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. 3 volumes com estudo crítico, por Afonso de E. Taunay. Livraria Martins Editôra. São Paulo, 1953, 3ª edição.

MARCONDES (Athaide). — *Pindamonhangaba*. 1ª edição. Tipografia Espindola. São Paulo, 1907. 2ª edição, 1922.

MARQUES (Manuel Eufrásio de Azevedo). — *Apontamentos Históricos, Geográficos, Estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo*. 2 volumes. Livraria Martins Editôra. São Paulo, 1952.

MENDES DE ALMEIDA (João). — *Dicionário Geográfico da Província de São Paulo*. São Paulo, 1902.

- ROMEIRO (João Marcondes de Moura). — *De D. João VI a Independência*. Rio de Janeiro, 1921.
- SAMPAIO (Teodoro). — *O tupi na Geografia Nacional*. Bahia, 1928.
- SAINT-HILAIRE (Augusto). — *Segunda Viagem do Rio de Janeiro à Minas Gerais e São Paulo*. Companhia Editôra Nacional. São Paulo, 1932.
- SALGADO (César). — *Pindamonhangaba, Cidade Imperial*, São Paulo, 1960.
- SPIX E MARTIUS. — *Viagem pelo Brasil*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1938.
- TAUNAY (Affonso de E.). — *História das Bandeiras Paulistas*. 2 volumes. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1951.
- TAUNAY (Affonso de E.). — *Pequena História do café no Brasil*. Edição do Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro, 1945.
- ZALUAR (Emílio). — *Peregrinação pela Província de São Paulo*. Série Brasileira. Editôra Cultura. São Paulo, 1943.

IV. — PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS.

- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro, 1957.
- TRIBUNA DO NORTE. Hebdomanário. Proprietários: João Romeiro e João de Moura Rangel. Pindamonhangaba, 1882. —